

---

## **POLÍTICA E GASTOS SOCIAIS NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES**

JANIO RODRIGUES

Especialista em Educação e Diversidade – Unicentro, Brasil.

Técnico em Informática pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Brasil.

rodrijan\_@hotmail.com

WILLSON GERIGK

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil.

Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil.

wgerigk@unicentro.br

### **Resumo**

A pesquisa estudou os municípios paranaenses com população entre 20 e 50 mil habitantes. O objetivo foi determinar que fatores políticos influenciaram os gastos sociais locais. A abordagem utilizada foi quantitativa, com emprego de dados em painel. A amostra constituiu-se pelos municípios que disponibilizaram seus dados à FINBRA, entre os anos de 2002 a 2012, totalizando 461 observações. As eleições locais influenciaram positivamente os gastos sociais nos municípios paranaenses. A ideologia partidária não se mostrou relevante. A competição política no Legislativo municipal indicou crescimento dos gastos sociais. A coligação indireta com o governo –estadual impactou os gastos sociais totais, de educação e de saúde, aumentando-os.

**Palavras-chave:** municípios, gastos sociais, políticas públicas, fatores políticos.

## **POLICY AND SOCIAL EXPENSES IN SMALL MUNICIPALITIES OF PARANA**

### **Abstract**

This research studied Paraná's state municipalities with a population between 20 and 50 thousand inhabitants. The objective was to determine which political factors influenced local social expenses. The approach was quantitative, using panel data. The sample comprised the municipalities that made their data available to FINBRA between 2002 and 2012, totaling 461 observations. Local elections positively influenced social expenses in the municipalities of Paraná. Party ideology was not relevant. Political competition in the municipal legislature indicated growth in social spending. The indirect coalition with the state government increased the total expenses in social, educational, and health.

**Keywords:** municipalities, social expenses, public policies, political factors.

## **POLÍTICA Y GASTOS SOCIALES EN LOS PEQUEÑOS MUNICIPIOS DEL ESTADO DEL PARANÁ**

### **Resumen**

La investigación estudió los municipios paranaenses con población entre 20 y 50 mil habitantes, el objetivo fue determinar qué factores políticos influenciaron los gastos sociales locales. El abordaje utilizado fue cuantitativo, con empleo de datos en panel. La muestra se constituye por los municipios que disponibilizaron sus datos a la FINBRA, entre los años 2002 al 2012, totalizando 461 observaciones. Las elecciones locales influenciaron positivamente los gastos sociales en los municipios paranaenses. La ideología partidista no se mostró relevante. La competencia política en el Legislativo municipal indicó un crecimiento de los gastos sociales. La coalición indirecta con el gobierno estadual impactó los gastos sociales totales, de educación y de salud, aumentándolos.

**Palabras clave:** municipios, gastos sociales, políticas públicas, factores políticos.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 promoveu a reconfiguração das responsabilidades pelas políticas públicas entre as esferas de governo, o que resultou na definição de competências comuns na prestação de serviços públicos, na descentralização de políticas públicas básicas aos municípios e na provisão de recursos às esferas subnacionais, em especial aos entes locais. Tais aspectos propiciaram, principalmente, o desenvolvimento de políticas públicas universais no ambiente municipal (Almeida, 2001; Souza, 2004).

A administração pública tende a organizar-se para satisfazer as necessidades da população. Todavia, como destaca Coêlho (2010, p. 5), a estratégia adotada pelos gestores públicos "[...] tem o objetivo de minimizar custos e maximizar benefícios próprios e leva em conta a seleção de políticas entre todas as alternativas possíveis".

Essas posições estão associadas aos interesses políticos no manejo do estado, onde os políticos atribuirão sua visão político-ideológico ao seu sistema administrativo (Zucco Jr., 2009). Para Tarouco e Madeira (2013), as preferências políticas dos governantes podem explicar desde gastos sociais até resultados econômicos dos governos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e por meio da tríplice ligação entre: gestores, recursos públicos e necessidades dos cidadãos, são instauradas medidas de aplicação das normas constitucionais não somente direcionados a cuidar das necessidades básicas dos indivíduos, mas a como levá-los a obter melhores condições de vida.

Os gastos realizados pelos governos, de todas as esferas, com a finalidade de melhorar as condições de vida da população são caracterizados como gastos sociais. Para Fernandes, Oliveira, Rocha, Marinho e Ribeiro (1998, p. 9), "... o gasto público social compreende os recursos financeiros brutos empregados pelo setor público no atendimento de demandas sociais".

Abordando os gastos sociais, a presente pesquisa orientou-se pela seguinte questão: que fatores políticos exerceram influência sobre os gastos sociais nos pequenos municípios paranaenses entre 2002 e 2012?

São classificados como pequenos municípios aqueles com população entre 20 e 50 mil habitantes. Os gastos sociais municipais analisados referem-se aos realizados nas áreas de assistência social, educação e saúde.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### GASTOS SOCIAIS

Para Castro, Ribeiro, Chaves, Duarte e Simões (2012, p.2), questões como "... tributação, gastos públicos, políticas públicas, gestão e controle social, sempre atraem interesse do cidadão comum e das instituições organizadas". Isto ocorre porque afetam a todos.

Segundo Castro et al. (2008), a política social, desenvolvida por determinado ente público, e conseqüentemente seus gastos sociais, pode ser composta por um conjunto de programas e ações, com o objetivo de atender às necessidades e aos direitos sociais que afetam as condições básicas de vida da população, em especial, quanto à pobreza e à desigualdade.

Os gastos sociais são a proxy do esforço governamental na provisão de políticas sociais (Sátyro, 2008). Para Castro et al. (2012) as políticas sociais no Brasil atendem áreas como a de Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Saneamento, Habitação, Educação, Trabalho, entre outras.

### **CICLO POLÍTICO ORÇAMENTÁRIO**

A teoria do ciclo político orçamentário, proposta por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), defende que os governantes, independentemente da ideologia política, manipulam seus orçamentos para gastos altamente visíveis à população. O argumento é que, quando os períodos eleitorais são conhecidos, os governantes tenderiam a tomar decisões, em especial de natureza orçamentária, para colocar em evidência suas gestões junto aos eleitores.

Para Ferreira e Bugarin (2007), com o ciclo político orçamentário podem surgir problemas de distorção da política fiscal, pois os eleitores abrem mão do controle eleitoral. Portanto, eles não conseguem evitar que o governante faça alterações no orçamento, com o objetivo de conseguir benefícios próprios.

Segundo Sakurai (2009), no âmbito local, o ciclo político é observado de forma mais expressiva nas áreas de: saúde e saneamento, assistência e previdência, habitação e urbanismo e transportes.

O ciclo político orçamentário tem sido evidenciado como um fator que favorece o interesse dos políticos (SAKURAI, 2009). Essa estratégia possibilita certa vantagem política perante os concorrentes, aumentando as chances do governante ou do seu grupo político se manter no poder.

### **IDEOLOGIA POLÍTICA**

A ideologia partidária é utilizada nas análises que envolvem gastos municipais com o objetivo de detectar possíveis diferenças quanto ao volume de gastos realizados, em razão da orientação ideológica dos governantes.

Para Zucco Jr. (2009), esquerda e direita ainda estão claramente associadas a maior e menor intervenção do Estado na economia. Os partidos de esquerda tendem a preferir uma economia com estado dominante a qualquer outro tipo de arranjo; os de direita seriam caracterizados por preferirem um modelo de mercado puro e os de centro teriam preferência por um modelo de equilíbrio entre Estado e mercado.

Cavalcante (2012) argumenta que os partidos de esquerda apresentariam uma postura mais intervencionista e um desempenho mais ativo, sendo mais favoráveis ao aumento da tributação e de políticas sociais. Os de direita exibiriam uma postura contrária a essa quando no governo.

Segundo Tarouco e Madeira (2013, p. 150), os gastos sociais são medidas redistributivas e, portanto, políticas preferidas por governos de esquerda, enquanto políticas de ajuste fiscal seriam preferidas por governos de centro e de direita. E decorrem dos vínculos dos partidos com classes sociais: partidos de esquerda representam classes trabalhadoras e partidos de direita são identificados com proprietários e grupos sociais privilegiados.

A principal controvérsia em relação à análise da ideologia partidária em políticas públicas, segundo Sátyro (2008), engloba o problema da existência ou não de resultados discrepantes em razão das diferenças ideológicas entre partidos que estão governando (Sátyro, 2008).

Na presente pesquisa assume-se que os partidos políticos classificados na ideologia de esquerda (usados como referência) estariam mais preocupados com os gastos sociais do que os de centro e de direita.

### **ALINHAMENTO POLÍTICO**

O fenômeno de aplicação de recursos financeiros em épocas eleitorais pode ser vista como uma das várias estratégias dos governos para obter êxito nas urnas. Para Arretche e Rodden (2004), tanto estados como municípios recebem benefícios por meio das redistribuições de recursos. Tal

distribuição em períodos eleitorais vincula-se à chance de vitória, que podem ser maximizados com o auxílio dos demais entes federativos.

De acordo com Ferreira e Bugarin (2007, p. 5), "[...] as eleições intercaladas podem motivar os titulares dos governos estaduais e federal a fazer uso das transferências voluntárias para favorecer prefeitos aliados". Os recursos financeiros em épocas eleitorais podem ser vistos como uma estratégia dos governos para obter sucesso eleitoral.

Arretche e Rodden (2004) destacam que isso também é possível por meio das redistribuições de recursos. Para maximizar as possibilidades de vitória, tais recursos são transformados em políticas, com o auxílio dos demais entes federativos. O apoio eleitoral entre os políticos é fundamental para as transferências de recursos com o objetivo de melhorar o êxito nas eleições.

A análise quanto aos impactos das formas de alinhamento político entre os governos busca constatar se essas vinculações contribuíram para aumentar os gastos com as áreas sociais, visto que a proximidade entre o administrador local e o federal e o estadual permitiria que o primeiro recebesse mais recursos das administrações superiores quando comparado com aqueles que não se encontram nessa mesma situação política.

### **COMPETIÇÃO POLÍTICA**

A competição eleitoral trata da disputa entre candidatos do mesmo partido e entre candidatos de partidos diferentes que visam ocupar a administração pública (Silva et al., 2013). Para Coêlho (2010), a literatura identifica a competição política como um determinante robusto na difusão de políticas diferenciadas para a administração pública.

Sátyro (2008) afirma que, quando existe alto nível de competição, os políticos têm fortes incentivos para aumentar gastos com políticas sociais. Assim, a competição eleitoral ajuda na organização da política. Isso ocorre porque promove os interesses das minorias, obrigando o detentor do poder a promover programas voltados a elas. Todavia, quanto menor o nível de competição política, maior será o nível de desigualdade social.

Para Cavalcante (2013), é questionável que o processo eleitoral mais acirrado influenciará o político a desempenhar as suas funções melhor. Entretanto, pode-se arguir que, quanto maior o grau de competição eleitoral, mais eficiente são as prefeituras na gestão das políticas públicas.

A presente pesquisa assume que, quanto maior a competição política no âmbito municipal, maiores os gastos com as políticas públicas que beneficiam o maior número de cidadãos, isto é, os gastos com políticas sociais; no caso pesquisado, as áreas de assistência social, de educação e de saúde.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo é descritivo. Os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem é quantitativa, por meio da técnica de análise de dados em painel – efeitos fixos, tendo o montante de gastos orçamentários realizados, pelos municípios pesquisados nas áreas sociais (assistência social, educação e saúde) como variável explicada. Como nem todos os municípios disponibilizaram seus dados é caracterizado com um painel desbalanceado.

Os gastos sociais foram analisados tanto conjuntamente (gastos sociais totais) como individualmente por áreas específicas: assistência social, educação e saúde. As variáveis explicativas representam os seguintes fatores:

i) ciclo político orçamentário: anos de eleições municipais e estaduais/federias, espera-se relação positiva com os gastos sociais;

ii) ideologia política: de centro e de direita (a de esquerda foi usada como referência nas análises), aguarda-se relação negativa com os gastos;

iii) alinhamento político entre os governos: relação partidária (mesmo partido prefeito e o presidente/governador), coligação direta (quando o partido do presidente e/ou do governador compôs a coligação do prefeito) e coligação indireta (quando pelo menos um dos partidos da coligação do presidente e/ou do governador esteve na coligação do prefeito, exceto o partido destes), a relação esperada é positiva;

iv) competição eleitoral: a) relação positiva: número efetivo de partidos (NEP) para o Executivo municipal, número efetivo de partidos (NEP) para o Legislativo municipal e a proporção de candidatos por vagas para o Legislativo; b) relação negativa: percentual de votos do prefeito eleito e a composição da Câmara municipal em relação ao Executivo municipal (maioria das cadeiras);

v) Variáveis de controle (socioeconômicas): população total (em logaritmo natural), população jovem - % (quantidade de pessoas com menos de 15 anos), população idosa - % (quantidade de pessoas com mais de 60), endividamento per capita, receita total per capita e o PIB per capita. O que se espera são relações positivas com os gastos sociais, exceto no caso da população jovem quanto aos gastos com saúde e da população idosa com os de educação, em que se aguarda relações negativas.

A variável explicada e as independentes formadas por valores monetários foram deflacionadas pelo IPCA/IBGE para dezembro/2001 e transformadas em valores per capita. As variáveis explicativas que indicam os anos eleitorais, as ideologias partidárias, os alinhamentos políticos e a indicativa da maioria na Câmara Municipal são evidenciadas por meio de *dummies*. As demais variáveis explicativas são tratadas como discretas.

A população da pesquisa foram os municípios paranaenses com população entre 20 e 50 mil habitantes e a amostra constituiu-se por aqueles que disponibilizaram suas informações junto à base de dados Finanças do Brasil (FINBRA), no período de 2002 a 2012, que totalizaram 461 observações.

**QUADRO 1 – AMOSTRA ANALISADA NA PESQUISA – 2002 A 2012**

Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Municípios	39	39	43	43	44	39	44	44	42	42	42

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Os demais dados necessários à pesquisa foram coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Atlas de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (PNUD) e da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

Devido à alta correlação, foram excluídas duas variáveis: 1) percentual de votos do prefeito eleito, pela sua alta correlação com o NEP do Executivo, e 2) receita total municipal per capita, pelo fato de estar altamente correlacionado com os gastos sociais totais; ambas com percentuais acima de 80%.

A normalidade dos dados é assumida pela Teoria do Limite Central. A inspeção gráfica dos resíduos padronizados versus os valores previstos indicou ausência de heterocedasticidade. Para testar a ausência de multicolinearidade, foi utilizada a estatística VIF (Variance Inflation Factor). Os resultados evidenciaram a ausência de multicolinearidade, visto que o VIF, de todas as variáveis independentes, ficou abaixo de 10 (dez).

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os gastos sociais, despesas realizadas pelos municípios nas áreas de assistência social, educação e saúde, foram analisados conjuntamente e de forma individual por área. Os resultados das regressões estimadas constam na Tabela 1, que contém as variáveis explicativas, seguidas de seus coeficientes, a significância e a estatística t das variáveis.

Os pleitos municipais se mostraram significantes estatisticamente e com sinal positivo. Assim, nos períodos de eleições municipais, os gastos sociais totais, dos pequenos municípios paranaenses, aumentaram em média R\$ 71,59 per capita quando comparados com os anos em que não ocorreram tais eleições. Os gastos com assistência social evidenciaram aumento médio de R\$ 6,58 per capita nos períodos de pleitos locais. Os com educação registraram crescimento de R\$ 33,33 por habitante. E no caso dos com saúde, o incremento médio foi de R\$ 31,68 per capita nos anos de eleições municipais quando comparados com os que não tiveram tais eleições.

As eleições estaduais/federais não foram relevantes para os gastos sociais totais como os relacionados à assistência social, à educação e à saúde.

As formas de alinhamento político, entre os pequenos municípios paranaenses e o governo federal, somente apresentaram significância por meio da coligação direta e sobre os gastos com educação, porém, diferente do sugerido, o sinal foi negativo. Com isso, quando o alinhamento político existiu, registrou-se diminuição per capita dos gastos com educação de R\$ 16,27, em comparação com aqueles anos em que tal alinhamento político não se concretizou.

**TABELA 1 – DETERMINANTES DOS GASTOS SOCIAIS NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – EFEITOS FIXOS – 2002 A 2012**

Variáveis Explicativas	Municípios Paranaenses entre 20 e 50 mil habitantes			
	Gastos Per Capita			
	Gastos Sociais Totais	Gastos com Assist. Social	Gastos com Educação	Gastos com Saúde
Eleições Municipais	71,59**	6,58**	33,33**	31,68**
	6,03	3,01	5,62	5,21
Eleições Estaduais/Federais	1,55	-0,81	-0,72	3,08
	0,13	-0,37	-0,12	0,50
Ideologia de Centro	11,70	-2,55	5,09	9,16
	0,65	-0,77	0,57	0,99
Ideologia de Direita	-1,67	-3,96	-8,77	11,07
	-0,10	-1,23	-1,00	1,23
Relação Partidária Presidente	-14,88	-4,84	-10,52	0,48
	-0,76	-1,34	-1,07	0,05
Coligação Direta Presidente	-25,31	-1,28	-16,27*	-7,77
	-1,55	-0,43	-1,99	-0,93
Coligação Indireta Presidente	19,40	4,14	7,41	7,85
	1,55	1,80	1,19	1,23
Relação Partidária Governador	-12,18	1,77	7,78	-21,73
	-0,53	0,42	0,67	-1,83
Coligação Direta Governador	-36,72*	-6,98**	-14,82*	-14,92*
	-2,55	-2,64	-2,06	-2,03



Coligação Indireta Governador	50,02**	1,90	28,86**	19,25**
	4,22	0,87	4,87	3,17
NEP Executivo	-8,17	-3,24	-4,53	-0,40
	-0,70	-1,50	-0,77	-0,07
NEP Legislativo	14,63**	1,54**	6,90**	6,19**
	4,72	2,70	4,46	3,90
Composição Câmara (Maioria Prefeito)	1,09	-0,07	-3,97	5,13
	0,10	-0,04	-0,75	0,95
Proporção Candidato/Vaga Legislativo	-0,36	0,70	-0,70	-0,37
	-0,13	1,38	-0,50	-0,26
População Total (Log. Natural)	84,40	-35,02	63,15	56,26
	0,53	-1,20	0,79	0,69
População Jovem (%)	-1579,09**	-169,17*	-679,23**	-730,73**
	-3,77	-2,20	-3,25	-3,41
População Idosa (%)	4630,59**	194,82	2374,96**	2060,80**
	7,36	1,68	7,56	6,40
Endividamento Municipal - <i>per capita</i>	-0,04**	-0,003	-0,02**	-0,02**
	-4,28	-1,69	-4,07	-3,79
PIB municipal <i>per capita</i>	0,025**	0,002**	0,012**	0,012**
	13,54	4,93	12,71	12,27
Constante	-841,84	404,89	-637,84	-608,77
	-0,49	1,27	-0,74	-0,69
Nº Observações	461	461	461	461
R <sup>2</sup>	0,7886	0,3787	0,7707	0,7481
Estatística F	77,16	12,61	69,53	61,42
Prob> F	0,000	0,000	0,000	0,000
Teste de Chow	21,78	8,95	32,77	13,04
Prob> F	0,000	0,000	0,000	0,000
Teste de Hausman	60,58	17,86	59,94	51,93
Prob> Chi2	0,000	0,398	0,000	0,000

Significância: 1%\*\*; 5%\*.

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Em relação às associações políticas com o governo do estado, as estimações indicaram que, quando o partido do governador do estado fez parte da coligação que elegeu o prefeito (relação partidária direta), houve redução dos gastos sociais totais em R\$ 36,72 per capita, em R\$ 6,98 na área de assistência social, em R\$ 14,82 na de educação e em R\$ 14,92 na de saúde, diferente do que se esperava.

Entretanto, quando o alinhamento deu-se por meio de coligações indiretas, ocorreu aumento de R\$ 50,02 per capita dos gastos sociais totais, de R\$ 28,86 nos com educação e de R\$ 19,25 na área de saúde, não influenciando os gastos da área de assistência social.



Quanto às variáveis representativas da competição política, somente o NEP do Legislativo mostrou-se significativo e com sinal positivo em todas as regressões, como se esperava. Com isso, para cada ponto de aumento de NEP registrou-se acréscimo médio de R\$ 14,63 per capita sobre os gastos sociais municipais totais, de R\$ 1,54 nos da área de assistência social, de R\$ 6,90 na de educação e de R\$ 6,19 na de saúde. As demais variáveis - NEP do Executivo, composição da Câmara de Vereadores e proporção candidato/vaga do Legislativo - não foram estatisticamente significantes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicaram que o ciclo político orçamentário é um fator influente nos gastos sociais nos pequenos municípios paranaenses. E que os gestores tendem a aplicar mais recursos tanto na área de assistência social como nas de educação e de saúde quando as eleições são locais.

A ideologia política não se mostrou um aspecto relevante nos gastos sociais locais analisados, reportando que, nos pequenos municípios paranaenses, não é possível afirmar que os governantes alinhados à esquerda do espectro ideológico partidário diferenciam-se dos vinculados ao centro e à direita em relação à execução de gastos nas áreas de assistências social, educação e saúde, por meio da execução do orçamento municipal.

Quanto aos impactos dos alinhamentos políticos dos governos locais com os entes públicos superiores, as análises evidenciaram baixa influência das formas de relacionamento político. A coligação indireta com o governo estadual foi à forma mais relevante para aumentar os gastos sociais totais e os das áreas de educação e de saúde, nos pequenos municípios paranaenses.

A competição política no Executivo municipal não se mostrou um fator influente para os gastos sociais de forma geral. Entretanto, a competição política no âmbito do Legislativo municipal revelou que tanto os gastos sociais totais como os das áreas de assistência social, educação e saúde são impactados positivamente quando a disputa cresceu naquele poder.

Por fim, ressalta-se que os resultados da pesquisa limitam-se aos municípios e aos períodos analisados e sugerem-se novas pesquisas com entes públicos locais de outras faixas populacionais, estados e regiões, o que possibilitaria a comparação entre os resultados.

### REFERÊNCIAS

- Almeida, M. H. T. (2001). Federalismo, democracia e governo no Brasil: Ideias, hipóteses e evidências. *Revista Brasileiro de Informação Bibliográfica (BIB)*, São Paulo, (51), 13-34.
- Arretche, M., & Rodden, J. (2004). Política distributiva na Federação: Estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 47(3), 549-576.
- Castro, J. A.; Ribeiro, J. A.; Chaves, J. V.; Duarte, B. C.; Simões, H. B. (2008). *Gasto social e política macroeconômica: Trajetórias e tensões no período 1995-2005*. Brasília: Ipea. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1324.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1324.pdf)>.
- Cavalcante, P. L. C. (2012). *A política faz diferença? Uma análise comparada dos determinantes políticos do desempenho dos governos municipais no Brasil*. (Tese). Instituto de Ciência Política (IPOL), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Coelho, D. B. (2010). Competição política e a nova agenda social: Por que os partidos políticos de esquerda e direita difundiram programas de transferência de renda no Brasil? *Anais do 13º Congresso BIEN* (Basic Income Earth Network), São Paulo, Brasil.

- Fernandes, M. A. C.; Oliveira, M. M. S.; Rocha, D. C. C.; Marinho, N. S.; Ribeiro, J. A. C. (1998). Dimensionamento e acompanhamento do gasto social federal, 1994-1996. *Texto para Discussão n° 547*, Brasília, Distrito Federal, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Ferreira, I. F. S., & Bugarin, M. S. (2007). Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 61(3), 271-300.
- FINBRA/STN – Finanças do Brasil/Secretaria do Tesouro Nacional. *Contas Anuais-Prefeituras e Governos-STN*. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/contas-anuais](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais)>.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. População. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#populacao](https://ww2.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao)>.
- IPEADATA. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Ipeadata regional. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21-36.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16.
- Sakurai, S., & Gremaud, A. P. (2007). Political business cycles: Evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001). *Economia Aplicada*, 11(1), 27-54.
- Sátyro, N. G. D. (2008). *Política e instituições e a dinâmica das políticas sociais nos estados brasileiros: Uma análise após a redemocratização* (Tese) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Silva, G. P. et al. (2013). Competição política e sistema eleitoral brasileiro: Algumas evidências empíricas. *Anais do 8o encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Gramado, Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.cienciapolitica.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/9\\_7\\_2012\\_16\\_36\\_40.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/9_7_2012_16_36_40.pdf)>.
- Souza, C. (2004). Governos locais e gestão de políticas públicas universais. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2), 27-41.
- Tarouco, G. S., & Madeira, R. M. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 149-165
- Zucco JR., C. (2009). Esquerda, direita e governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. *Seminário Legislator Views of Brazilian Governance*. Universidade de Oxford. Disponível em: <<http://fas-polisci.rutgers.edu/zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf>>.